



Ainda é pequena a cooperação dos países ricos com a Amazônia

Mary Helena Alegretti*

A reunião dos sete países mais poderosos do mundo, realizada em Houston, nos EUA, no mês passado, provocou uma interessante inversão de papéis na questão ambiental. Os EUA, assíduos críticos da política ambiental brasileira, não foram capazes de assumir suas próprias responsabilidades. Recusaram-se a assinar um acordo, proposto pelos países europeus, definindo metas fixas para reduzir, até o final do século, a emissão de gases poluentes que afetam o clima global do planeta. Em troca dessa omissão, resolveram destinar recursos para o Banco Mundial elaborar projeto-piloto de proteção à Amazônia. Alegam que medidas mais severas de controle da emissão de dióxido de carbono, para a qual os EUA contribuem com 26%, duas vezes mais que os países europeus, teriam como efeito o desemprego e seriam entraves ao desenvolvimento. Os ambientalistas norte-americanos estão pedindo socorro às entidades de meio ambiente do Brasil, a fim de pressionar o governo do seu país a mudar de posição, uma vez que nós temos grande experiência em contestar esse tipo de argumento. Afinal, desde 1972, por ocasião da Conferência de Estocolmo, e até recentemente, era o Brasil que defendia a idéia de que a proteção ambiental não pode ser entrave ao desenvolvimento. Seremos nós, agora, a entregar cartas de protestos na embaixada dos EUA, ou pessoalmente, quando o presidente Bush vier ao Brasil.



Para o governo brasileiro, especialmente para o Ministério das Relações Exteriores, incumbido de responder milhares de cartas de protesto contra o desmatamento da Amazônia, deve estar sendo divertido verificar como a história pode dar voltas curiosas. Mas a questão principal continua sendo a Amazônia. Nós, brasileiros, amazonistas ou não, estamos fartos de receitas prontas para a região. E qual a legitimidade que tem o Banco Mundial para cumprir essa missão, após anos e anos sustentando políticas desenvolvimentistas para a Amazônia? Anos e anos formulando projetos para melhorar a qualidade de vida urbana sem que o resultado tenha alterado as taxas de desmatamento ou a miséria nas grandes cidades. Onde está o erro?

Está no conceito de desenvolvimento que pregam os organismos multilaterais e que significa, sempre, inserir populações, rurais e urbanas, no mercado de consumo de bens industrializados. A ironia está em que somente têm conseguido sobreviver, no Brasil, aquelas populações que vivem em economia de subsistência, porque se alimentam daquilo que plantam. Além disso, na maior parte dos projetos internacionais, parcela substantiva dos recursos é destinada para manter a tecnocracia governamental, daqui e externa, sendo ínfimos os valores que chegam para a população.

Outras vias podem ter re-

sultado mais rápido e consistente. Não são projetos megalomaniacos, mas de resposta efetiva. Não custam bilhões de dólares, mas chegam e podem ser aplicados rapidamente. São os projetos desenvolvidos pelas organizações não-governamentais. Para a Amazônia, o principal deles chama-se Reserva Extrativista. Consiste na transformação, pelo poder público, das áreas habitadas por populações que utilizam a floresta com base produtiva (extrativismo sustentável) em territórios especialmente protegidos. São unidades de produção e conservação ao mesmo tempo que democratizam o acesso à terra, garantem a floresta contra os desmatamentos e permitem a implantação de serviços de educação e saúde. Estas áreas são da União, cedidas em concessão para uso de populações extrativistas organizadas em associações mediante plano de manejo dos recursos naturais.

Como sempre acontece, é no exterior que estas idéias alcançam ressonância. As reservas extrativistas constituem hoje um grande atrativo para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e uma opção de investimentos para os chamados empresários verdes. Estudos minuciosos dos principais produtos da floresta, desde os tempos das drogas do sertão, estão sendo feitos nos Estados Unidos e Europa, associados a sofisticadas análises de mercado. Investimentos em novos produtos, como o "Rainforest Crunch", que é um pé-de-moleque, e o "Brazil Nut Conditioner", condicionador de cabelos, ambos feitos com castanha do Brasil, são os mais recentes produtos vendidos no mercado europeu e norte-americano.

E o mais inovador nestes projetos é que as empresas envolvidas se comprometem a destinar parcela substantiva (em torno de 60%) dos lucros para investimentos nas reservas extrativistas.

Obviamente, esta não é uma solução para toda a Amazônia. Mas pode servir de parâmetro. Os seringueiros são exatamente iguais à maioria da população brasileira: pobres e desconsiderados pelo poder público. Mas têm acesso a um capital que interessa não somente a eles ou aos demais brasileiros, mas ao mundo todo: o potencial de biodiversidade da floresta amazônica. E propõem que sua exploração responda a requisitos ambientais, econômicos e sociais. Não é exatamente esta a situação do País como um todo? Donos de um dos mais ricos conjuntos de ecossistema do mundo, vêem suas riquezas naturais serem dilapidadas sem que a sociedade se beneficie economicamente e socialmente.

A exploração adequada deste conjunto de recursos naturais estratégicos depende de resolver uma equação: o que queremos é um maior equilíbrio ambiental ou maior equidade social? E se optarmos pela combinação dos dois, isso não significa abrimos um enorme campo para o desenvolvimento tecnológico? E se concluirmos que uma das formas de proteger esses ecossistemas é impedir a crescente pauperização das populações para que não pressionem os

recursos ambientais não estaremos estendendo o mesmo parâmetro para um número enorme de pessoas? E se entendermos que a dívida externa deve ser renegociada visando um maior equilíbrio ambiental e social do Brasil, não estaremos estabelecendo novos parâmetros de desenvolvimento para o País?

Acho ótimo que os países ricos decidam que a Amazônia é prioritária e mandem recursos efetivos para que Lutzenberger possa colocar em prática suas idéias.

Mesmo porque desde o assassinato de Chico Mendes fala-se nisso, mas a cooperação efetiva entre

países tem sido muito pequena. Acho ótimo, também, passar a pressionar o governo norte-americano para que mude seus padrões de desenvolvimento e contribua com o esforço planetário. Mas acho que, antes que o Banco Mundial nos diga o que devemos fazer, somos nós que precisamos definir os termos do nosso desenvolvimento. Não é possível que uma das nações mais ricas em recursos naturais do mundo continue miserável na década consagrada ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentado.

* Antropólogo, presidente do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA).